

# Sobre números e gente

 [oglobo.globo.com/cultura/sobre-numeros-gente-20277872](http://oglobo.globo.com/cultura/sobre-numeros-gente-20277872)

Flávia Oliveira

Invalid Date

No importante debate sobre o saneamento das contas públicas, chama atenção a ênfase no econômico e o descaso pelo social. Periga aquele marciano recém-chegado acreditar que o coração de um país são as finanças; o povo é apêndice. Autoridades, acadêmicos, investidores e empresariado estão quase em uníssono a alertar que o Estado Brasileiro não se salvará, se o Projeto de Emenda Constitucional 241 não entrar em vigor com a máxima urgência. A PEC do Teto pretende manter os gastos do governo no patamar de 2016, por uma geração inteira e mais um pouco. Faltou explicar em que estado os brasileiros de carne e osso chegarão ao fim dos 20 anos de torniquete orçamentário.



A discussão ancorou-se nos números que apontam para o equilíbrio, ao longo dos anos, da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), elemento fundamental à solvência da União. Secundarizou, no entanto, variáveis essenciais à reflexão sobre políticas públicas, bem-estar, pobreza e desigualdade, mazelas históricas que o Brasil mal começou a resolver. Nem o crescimento da população nem suas necessidades em saúde, educação e assistência social entraram na conta. Passou batida também a contribuição devida pelo topo da pirâmide, sempre cercado de privilégios materializados em benefícios tributários, previdenciários e patrimoniais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) produziu um par de textos alarmantes sobre os impactos de longo prazo da PEC do Teto, que já passou pela primeira votação na Câmara com 366 votos a favor. Na saúde, a Nota Técnica 28 [bit.ly/2dlnQ4j], de Fabíola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá Benevides, estima que a perda de receitas pode encostar em R\$ 1 trilhão, até 2036, dependendo do desempenho do PIB. Nos programas de proteção social, caso do Bolsa Família e dos benefícios de prestação continuada a idosos e pessoas com deficiência, a subtração de recursos passaria de R\$ 868 bilhões em 20 anos, queda de 54%, informa a NT 27 [bit.ly/2dchsMo], de Andrea Barreto de Paiva, Ana Cleusa Serra Mesquita, Luciana Jaccoud e Luana Passos.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente da República, Michel Temer, têm repetido à exaustão o quanto o ajuste fiscal é importante para o Brasil recuperar a credibilidade junto aos investidores. É verdade que, no governo Dilma Rousseff, a persistência no modelo econômico baseado na desoneração seletiva e na expansão perdulária dos gastos deu no descontrole das contas que, em dois anos, produzirá quase R\$ 300 bilhões de déficit. Sem falar na inflação resistente e na recessão histórica. Mas merecerá crédito um país que desconsidera tão explicitamente seus filhos?

As contas que norteiam a defesa da PEC do Teto desprezaram efeitos demográficos amplamente conhecidos e demanda por políticas sociais previsíveis num cenário de retração econômica, aumento do desemprego e queda na renda. O governo Temer está propondo o congelamento dos gastos públicos em termos reais, no patamar de 2016 (ou 2017, no caso de saúde e educação) por 20 anos. Se uma despesa subir, outras terão de ser cortadas para restaurar o equilíbrio. A área social dificilmente será preservada, porque é certo que a Previdência, sozinha, levará um naco significativo dos desembolsos, ainda que a reforma mais austera venha a ser aprovada.

A NT 28 do Ipea lembra que a defesa da PEC 241 não levou em conta o crescimento de 10% na população total, previsto pelo IBGE, nem a duplicação do total de idosos, dos atuais 24,9 milhões para 48,9 milhões em 2036. É na faixa etária acima dos 60 anos que os gastos com internação crescem significativamente. Com mais gente e orçamento estancado, o gasto público per capita na saúde, que já é baixo, ficará menor. É perda evidente de

qualidade de vida, num país que nem roçou no estado de bem-estar.

Tampouco foi medido o efeito multiplicador dos gastos sociais na economia. Cada R\$ 1 desembolsado a mais no setor gera aumento de R\$ 1,70 no PIB, informa o Ipea. O economista **Marcelo Neri**, do Centro de Políticas Sociais da FGV, estimou que, no Bolsa Família, cada R\$ 1 de acréscimo movimenta R\$ 1,78, o triplo do impacto da Previdência. Ou seja, há uma bem-vinda correlação entre gasto social e atividade econômica, como nos lembra a NT 27 do Ipea:

“A configuração da PEC parece ancorar-se em uma concepção de progresso que desconsidera o papel proeminente dos investimentos públicos em educação, saúde, assistência social e cultura no desenvolvimento. Desse modo, a PEC parece passar ao largo da perspectiva de despesas sociais como um investimento capaz de dinamizar a economia e seu próprio fundamento”.

É um claro recado ao mundo político. Mais que de números, o país é feito de gente. E gente também rende.